



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias. No exercício de 2022, em razão do processo de reorganização societária negociado entre os acionistas, cuja formalização deu-se pela assinatura de contrato de compra e venda de participações societárias entre as partes em 13.09.2022, as orientações estratégicas da Administração basearam-se: No âmbito comercial, na adequação da estratégia junto ao canal de distribuição de corretores através da oferta de produtos de maior capacidade de geração de rentabilidade técnica, alterando o Mix produto pela oferta de produtos patrimoniais, prestamista e ampliação da oferta de produtos de crédito para administradoras de consórcio. No âmbito técnico, no desinvestimento das carteiras de vida em grupo, fortemente impactadas pela sinistralidade e pela Covid-19 ao longo dos últimos exercícios, bem como na revisão e fortalecimento das regras de subscrição dos produtos em geral, especialmente no seguro de crédito interno. No âmbito das operações a Administração da Companhia segue fortalecendo seus processos digitais desde a venda, conectividade e gestão de parceiros de negócios, bem como, nas rotinas de

backoffice operacionais e financeiros transformando a Companhia em uma Seguradora Digital com investimentos em plataformas tecnológicas robustas, de mercado e infraestrutura modernizada. Ainda que os níveis de exposição à Covid-19 tenham reduzido a Companhia em conjunto com seus acionistas, ao longo do exercício, segue monitorando seus reflexos e garantido a manutenção de suas atividades, de forma, a garantir a continuidade dos serviços de atendimento aos segurados, das redes de distribuição, da atividade comercial, das rotinas de backoffice, bem como, do bem-estar e preservação das condições sanitárias para seus empregados e prestadores de serviço. A Companhia registrou prêmios ganho de R\$ 250,8 milhões, representando um crescimento de 2,8% em relação ao exercício anterior, que indica crescimento da atividade econômica da seguradora. O resultado financeiro líquido da Companhia, ao final do exercício, foi de R\$ 10,6 milhões, sendo que as aplicações financeiras alcançaram o patamar de R\$ 157,0 milhões e as provisões técnicas totalizaram R\$ 136,4 milhões, enquanto o patrimônio líquido atingiu o patamar de R\$ 71,4 milhões. No exercício, a Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 61,7 milhões, impactados pelo resultado técnico e pela baixa de ativos fiscais, em razão, da perspectiva de não efetiva realização em curto prazo. Não obstante a Administração segue nas estratégias de eficiência de custos operacionais,

administrativos e de conformidade, como pilares para reposicionamento da empresa e de retomada da capacidade de venda e de geração de resultado para os próximos exercícios. Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios. Consideramos o apoio e Agradecemos A COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL agradece o apoio e a confiança dos seus acionistas. Agradecemos, também, o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), aos resseguradores, CNSEG, corretores de seguros e, em particular, dos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho. Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do corpo funcional da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL. O apoio e a dedicação, mais uma vez demonstrados por todos, são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023
A Administração

Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		176.043	138.659
Disponível		8.743	11.414
Caixa e bancos		8.743	11.414
Aplicações	6	84.685	17.110
Créditos das operações com seguros e resseguros		28.913	47.600
Prêmios a receber	7	17.662	37.513
Operações com resseguradoras	16.3	11.251	10.087
Outros créditos operacionais		-	45
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	16.3	3.418	4.072
Títulos e créditos a receber		46.175	55.118
Títulos e créditos a receber	8.1	45.417	52.278
Créditos tributários e previdenciários	8.2	363	2.529
Outros créditos		395	311
Despesas antecipadas		959	1.024
Custos de aquisições diferidos	16.1	3.150	2.276
Seguros		3.150	2.276
ATIVO NÃO CIRCULANTE		85.107	194.509
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		76.633	180.424
Aplicações	6	72.325	141.527
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	16.3	2.632	33.183
Títulos e créditos a receber		2.632	33.183
Títulos e créditos a receber	8.1	97	179
Créditos tributários e previdenciários	8.2	913	31.282
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.356	1.305
Outros créditos		266	417
Outros valores e bens	9.1	1.480	4.786
Despesas antecipadas		62	85
Custos de aquisições diferidos	16.1	134	722
Seguros		134	722
Investimentos	10	324	324
Participações societárias		324	324
Imobilizado	17	1.369	2.819
Bens móveis		692	1.229
Outras imobilizações		677	1.590
Intangível	18	6.781	10.942
Outros intangíveis		6.781	10.942
TOTAL DO ATIVO		261.150	333.168

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		171.938	178.626
Contas a pagar		21.878	16.110
Obrigações a pagar	11	13.842	11.472
Impostos e encargos sociais a recolher		2.050	2.499
Encargos trabalhistas		1.266	1.690
Impostos e contribuições		124	134
Outras contas a pagar		4.396	315
Débitos de operações com seguros e resseguros		12.468	17.379
Prêmios a restituir		1.811	333
Operações com seguradoras		755	755
Operações com resseguradoras	16.3	2.460	1.936
Corretores de seguros e resseguros	19	7.406	15.240
Outros débitos operacionais		36	(885)
Depósitos de terceiros	12	9.173	21.152
Provisões técnicas - seguros	16	127.909	122.193
Danos		78.266	79.108
Pessoas		47.911	42.380
Vida individual		1.732	705
Outros débitos		710	1.792
Débitos diversos	20.1	710	1.792
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.850	19.304
Provisões técnicas - seguros	16	8.538	8.958
Danos		185	192
Pessoas		8.330	8.766
Vida individual		23	-
Outros débitos		8.863	7.579
Provisões judiciais	15.1	8.863	7.579
Débitos diversos	20.1	449	2.767
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.362	135.238
Capital social	21.1	92.659	92.659
Reservas de capital	21.2	-	16.358
Reservas de lucros	67.7	-	32.715
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.690)	(6.494)
Prejuízos acumulados		(12.607)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		261.150	333.168

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	Exercício findo	
		31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos		254.108	239.928
Variações das provisões técnicas de prêmios		(3.352)	4.017
Prêmios ganhos	13	250.756	243.945
Sinistros ocorridos	25	(111.383)	(114.250)
Custos de aquisição	25	(67.503)	(75.577)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(62.998)	(50.679)
Resultado com resseguro		(2.015)	3.434
Receita com resseguro		2.258	6.913
Despesa com resseguro		(4.273)	(3.479)
Despesas administrativas	25	(49.129)	(47.545)
Despesas com tributos	25	(2.510)	(2.072)
Resultado financeiro	25	10.644	11.631
Resultado patrimonial		71	70
Resultado operacional		(34.067)	(31.043)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(2.885)	(1.467)
Resultado antes dos impostos e participações		(36.952)	(32.510)
Imposto de renda	14.1	(16.347)	8.369
Contribuição social	14.1	(9.808)	5.064
Participações sobre o lucro	23	1.427	(1.204)
Prejuízo do exercício		(61.680)	(20.281)
Quantidade de ações		1.288.700.000	1.288.700.000
Prejuízo por ação em R\$		(0,05)	(0,02)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(61.680)	(20.281)
Outros resultados abrangentes	(2.196)	(11.406)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(2.196)	(11.406)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	2.133	(19.063)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(4.329)	7.657
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(63.876)	(31.687)
Quantidade de ações	1.288.700.000	1.288.700.000
Prejuízo por ação em R\$	(0,05)	(0,02)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

Discriminação	Reservas de		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	92.659	16.358	53.586	4.912	167.515
Dividendos complementares: AGOE nº 220 de 30.03.2021	-	-	(590)	-	(590)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(11.406)	(11.406)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.281)	(20.281)
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva de lucros	-	(20.281)	-	20.281	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	92.659	16.358	32.715	(6.494)	135.238
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.196)	(2.196)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(61.680)	(61.680)
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	(3.479)	-	3.479	-
Reserva de lucros	-	(16.358)	(29.236)	45.594	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	92.659	-	-	(8.690)	71.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício findo	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(61.680)	(20.281)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	3.848	8.467
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	9.961	1.926
Juros em passivos de arranjo de IFRS 16	256	-
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	682	1.467
Outros ajustes - diversos	-	310
Ajuste ao valor de Realização de Comissão a pagar	(3.466)	-
Custos de aquisição diferidos	(106)	1.371
Variação de provisões técnicas - seguros	(907)	24.500
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(570)	16.207
Créditos das operações de seguros e resseguros	9.420	(1.209)
Ativos de resseguro	1.119	76
Créditos fiscais e previdenciários	2.050	5.944
Ativo fiscal diferido	30.485	(16.536)
Depósitos judiciais e fiscais	(50)	(178)
Despesas antecipadas	87	2.362
Outros ativos	9.875	(25.591)
Impostos e contribuições	(459)	(1.046)
Outras contas a pagar	6.451	1.455
Débitos de operações com seguros e resseguros	(1.624)	(4.546)
Depósitos de terceiros	(11.979)	596
Provisões técnicas - seguros e resseguros	5.211	18.834
Provisões para contingências	1.283	(2.955)
Outros passivos	(681)	(3.328)
Caixa consumido/gerado pelas operações	(794)	7.941
Juros pagos	(7)	(689)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	8	27
Imposto sobre o lucro pagos	-	(185)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	(793)	7.094
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda:	85	416
Investimentos	-	350
Imobilizado	81	66
Intangível	4	-
Pagamento pela compra:	(417)	(2.865)
Imobilizado	(52)	(33)
Intangível	(365)	(2.832)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(332)	(2.449)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(885)
Pagamento de empréstimo	(1.546)	(1.904)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.546)	(2.789)
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.671)	1.856
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.414	9.558
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.743	11.414

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), tem como controladora direta a CNP Participações em Seguros Ltda., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia atua no mercado brasileiro de seguros há mais de 116 anos, tendo sido fundada em 1º de agosto de 1906, com atividade direcionada em operações de seguros nos ramos de pessoas, patrimonial e riscos financeiros (vida em grupo, acidentes pessoais, prestamista, residencial, empresarial e crédito interno).
A Companhia está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todo o País, tendo sua casa matriz situada em São Paulo/SP e possui sucursais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.
1.1. Cisão
1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária
No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.
1.1.2. Reestruturações internas
Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.
No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações Securitárias Ltda., para a CNP Participações em Seguros Ltda. No momento seguinte, ainda na mesma data, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que até então era a controladora indireta da Companhia, através do controle na CNP Participações em Seguros Ltda., transferindo o investimento para os acionistas indiretos, conforme proporção a seguir:
• CNP Assurances - 50,75%
• CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
• Caixa Seguridade - 48,25%
1.1.3. Movimentações futuras
Para a conclusão das operações, necessárias para cumprir o contrato mencionado na nota 1.1.1, a CNP fará a aquisição da participação acionária da Caixa Seguridade.
2. Principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.
2.1. Elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.
2.4. Ativos financeiros
2.4.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda
Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "mensurados ao valor justo por meio do



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.12. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. Com base na Lei nº 14.446, de 2 de dezembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 1 de dezembro de 2022, a Companhia aplicou essa alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram baixados em 31 de dezembro de 2022, pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

2.13. Arrendamento

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e o CPC 03/FRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2021.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17
Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.14. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Circular SUSEP nº 678 - A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos, e concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 17 - Contratos de seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, civis e trabalhistas
A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários
Após estudos promovidos pela Administração, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia baixou todos os valores até então registrados de crédito tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais dos exercícios de 2021 e 2022, que estavam registrados no ativo, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra de aproveitamento emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.2.

3.5. Estimativas de ressarcimentos

A constituição da estimativa de ressarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcidos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em NTA própria.

4. Gerenciamento de risco

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA)*, foi acompanhada pela SUSEP através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor. O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco. As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia;

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia. Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês de *Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Cia.), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o *Código de Ética e Conduta* e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: disponível para venda e valor justo por meio do resultado. O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *basis point* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros. O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

	Value-at-Risk	DV-1
Juros Pré	462	(1.298)
Total	462	(1.298)

4.1.3. Taxas de juros contratadas

	Taxa de juros contratada
	31/12/2022
	5,55% a 7,83% a.a.
	31/12/2021
	5,54% a 7,82% a.a.
	6,77% a.a.

4.1.4. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value at Risk (VaR)* paramétrico, proposto pelo JPMorgan através do *RiskMetric*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários. A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

	31/12/2022					31/12/2021								
	A+	A	A-	BB-	Rating	Total	A++	A	A-	B++	BB-	Rating	Total	
Composição dos ativos														
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	9.248	9.248	-	-	-	-	-	1.888	15.222
Fundos	-	-	-	-	-	9.248	9.248	-	-	-	-	-	15.218	15.218
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.870	1.870	
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18	18	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	
Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	147.762	147.762	-	-	-	-	-	141.527	141.527
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	97.507	97.507	-	-	-	-	-	89.901	89.901
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	50.255	50.255	-	-	-	-	-	51.626	51.626
Créditos das operações com seguros	-	-	-	-	-	28.913	28.913	-	-	-	-	-	47.600	47.600
Créditos das operações com resseguros	597	1.330	1.491	-	-	3.418	1.121	21	2.875	176	-	-	4.193	
Exposição máxima ao risco de crédito	597	1.330	1.491	147.762	38.161	189.341	1.121	21	2.875	176	143.415	62.822	210.430	

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos operacionais, cabe à Gerência de Controle Interno o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente. Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa.
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva.
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles.
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle.
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os managers, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa.
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos.
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitam o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Riscos de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descausamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender às demandas recorrentes.

A Política de Liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Valor justo por meio do resultado (1)	9.248	-	-	9.248
Disponíveis para a venda (1)	75.437	72.325	-	147.762
Prêmios a receber de segurados	17.662	-	-	17.662
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	57.063	363	-	57.426
Ativos de resseguro - provisões técnicas (3)	3.418	97	-	3.515
Total dos ativos financeiros (1)	162.828	72.785	-	235.613
Provisões técnicas de seguros (2)	32.324	100.429	827	133.580
Passivos financeiros	44.029	449	-	44.478
Total dos passivos financeiros	76.353	100.878	827	178.058

	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Valor justo por meio do resultado (1)	15.240	1.870	-	17.110
Disponíveis para a venda (1)	-	141.527	-	141.527
Prêmios a receber de segurados	37.513	-	-	37.513
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	62.721	596	-	63.317
Ativos de resseguro - provisões técnicas (3)	1.037	3.146	10	4.193
Caixa e equivalentes de caixa	11.414	-	-	11.414
Total dos ativos financeiros (1)	127.925	147.139	10	275.074
Provisões técnicas de seguros (2)	21.280	109.496	375	131.151
Passivos financeiros	56.433	-	-	56.433
Total dos passivos financeiros	77.713	109.496	375	187.584

(1) Os fluxos do ativo são compostos em sua maioria por títulos públicos na categoria disponível para venda ou valor justo por meio do resultado que, em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa de curto prazo;

(2) O fluxo dos passivos considerou a projeção de esgotamento das provisões técnicas, sendo calculadas apenas pelos valores a serem cobertos;

(3) Na composição dos Ativos de resseguro - provisões técnicas há a exclusão dos ativos redutos.

4.5. Riscos de Seguro/Subscrição

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio. A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no período:

a. Bruto de resseguro

	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Patrimonial	1	1.249	423	498	2.171
Responsabilidades	-	-	-	-	-
Riscos financeiros	-	-	107.219	-	107.219
Pessoas coletivo	15.356	5.113	56.001	52.683	129.153
Pessoas individual	244	274	1.553	9.978	12.049
Total	15.601	6.636	165.360	63.159	250.756

b. Líquido de resseguro

	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Patrimonial	-	522	296	1.195	2.013
Responsabilidades	-	55	4	361	420
Riscos financeiros	-	-	86.774	-	86.774
Pessoas coletivo	24.844	5.604	58.895	60.013	149.356
Pessoas individual	56	75	2.542	2.709	5.382
Total	24.900	6.256	148.511	64.278	243.945

	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Patrimonial	1	1.040	352	415	1.808
Responsabilidades	-	-	164	-	164



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

★ continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.2) Sinistros judiciais	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso											
No ano do aviso	931	2.086	1.186	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	-
1 ano depois	1.420	2.403	2.853	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	-	-
2 anos depois	2.567	3.504	3.893	5.107	3.460	3.418	3.969	3.557	-	-	-
3 anos depois	3.246	4.040	4.564	3.986	5.139	5.373	4.995	-	-	-	-
4 anos depois	3.558	3.797	3.845	4.503	5.342	6.069	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.600	3.837	3.900	6.683	5.617	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	3.905	3.720	4.001	6.287	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.771	3.754	3.907	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	3.684	3.768	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	3.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	3.616	3.768	3.907	6.287	5.617	6.069	4.995	3.557	3.413	5.400	46.630
Pagamentos acumulados até a data-base	3.255	3.656	3.443	5.226	3.165	3.297	2.827	1.109	1.708	2.889	30.576
Passivo reconhecido no balanço	361	112	464	1.061	2.452	2.168	2.448	1.705	2.511	16.054	-
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.245
Total do passivo incluso no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.299

(b.1) Sinistros administrativos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso											
No ano do aviso	47.364	42.696	55.770	68.693	95.503	115.586	121.831	97.455	101.622	111.101	-
1 ano depois	47.791	42.586	55.832	66.059	92.695	122.278	136.545	118.600	107.747	-	-
2 anos depois	47.750	42.457	55.692	64.779	99.209	136.638	146.156	135.139	-	-	-
3 anos depois	47.840	42.531	55.700	64.904	103.106	140.323	149.009	-	-	-	-
4 anos depois	47.671	42.548	55.662	65.016	102.535	142.240	-	-	-	-	-
5 anos depois	47.727	42.152	55.662	65.023	102.816	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	47.664	42.121	55.662	65.023	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	47.666	42.121	55.662	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	47.670	42.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	47.670	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	47.670	42.121	55.662	65.023	102.816	142.240	149.009	135.139	107.747	111.101	958.529
Pagamentos acumulados até a data-base	47.670	42.121	55.662	65.007	102.739	141.832	146.994	132.977	106.295	84.638	925.935
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	16	77	408	2.015	2.162	1.452	26.464	32.594
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não proporcional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.610
PSL Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.204
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.588)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.488

(b.2) Sinistros judiciais	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso											
No ano do aviso	931	2.056	1.038	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	-
1 ano depois	1.355	2.366	2.816	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	-	-
2 anos depois	2.455	3.460	3.787	5.107	3.366	3.418	3.969	3.557	-	-	-
3 anos depois	3.056	3.977	4.564	3.986	5.015	5.373	4.995	-	-	-	-
4 anos depois	3.300	3.654	3.735	4.503	5.249	6.069	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.600	3.695	3.789	6.683	5.617	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	3.905	3.577	3.890	5.787	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.770	3.611	3.797	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	3.684	3.625	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	3.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	3.616	3.625	3.797	5.787	5.617	6.069	4.995	3.557	3.413	5.400	45.877
Pagamentos acumulados até a data-base	3.255	3.513	3.333	4.726	3.165	3.297	2.827	1.109	1.708	2.889	29.823
Passivo reconhecido no balanço	361	112	464	1.061	2.452	2.168	2.448	1.705	2.511	16.054	-
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.245
Total do passivo incluso no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300

(f) Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

5. Discriminação das provisões de sinistros judiciais:	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	17.155	13.434
Total pago no período	(6.606)	(5.908)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	874	3.080
Quantidade de ações pagas no período	197	196
Novas constituições no período	3.625	3.243
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	1.705	582
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	141	111
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	631	271
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	1.148	2.279
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	469	300
Baixa da provisão por êxito	(1.726)	(129)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	7.359	2.940
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	493	3.575
Saldo final do período	20.300	17.155
Total de sinistros judiciais	20.300	17.155

6. Aplicações financeiras	31/12/2022				31/12/2021			
6.1. Resumo da classificação das aplicações	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado	9.248	9.248	17.111	17.108	9.248	-	-	5,89%
Fundos de investimento (não exclusivo)	9.248	9.248	15.218	15.218	9.248	-	-	5,89%
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.871	1.868	-	-	-	0,00%
Operações compromissadas	-	-	19	19	-	-	-	0,00%
Outros valores	-	-	3	3	-	-	-	0,00%
Disponível para venda	147.762	156.452	141.526	152.350	-	75.437	72.325	94,11%
Letras do tesouro nacional	97.507	101.145	89.900	95.732	-	75.437	22.070	62,10%
Notas do tesouro nacional	50.255	55.307	51.626	56.618	-	-	50.255	32,01%
Total	157.010	165.700	158.637	169.458	9.248	75.437	72.325	100,00%

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

6.2. Abertura por nível hierárquico

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Valor justo por meio do resultado	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Fundos de investimento	9.248	9.248	15.218	15.218
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.870	1.870
Operações compromissadas	-	-	19	19
Outros valores	-	-	3	3
Total	9.248	9.248	17.091	17.110

Disponível para venda	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Letras do tesouro nacional	97.507	97.507	89.900	89.900
Notas do tesouro nacional	50.255	50.255	51.626	51.626
Total	147.762	147.762	141.527	141.527

6.3. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

Saldo inicial	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações	158.637	186.249
Resgates	15.312	112.210
Rendimentos	(31.150)	(136.125)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	12.078	15.366
Saldo final	157.010	158.637

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos.

7.1. Composição de prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

Ramo	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Vida individual	2.294	(1.061)	1.233	1.679	(98)	1.581
Prestamista	5.127	(4.75)	4.652	2.546	(87)	2.459
Vida em grupo	4.158	(2.545)	1.613	8.301	(864)	7.437
Acidentes Pessoais	15.252	(7.532)	7.720	18.129	(1.635)	16.494
Residencial	185	(51)	134	225	(38)	187
Riscos financeiros	1.196	(24)	1.172	7.969	(191)	7.778
Empresarial	146	(39)	107	41	(14)	27
Demais ramos	2.382	(1.331)	1.051	1.892	(342)	1.550
Total	30.740	(13.078)	17.662	40.782	(3.269)	37.513

7.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

Saldo inicial	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados
Prêmios emitidos	37.513	35.744	522.890	346.558
Prêmios cancelados	(35.525)	(35.525)	(255.378)	(98.964)
Ressarcimentos	(278.202)	(244.600)	(278.202)	(244.600)
Prêmios de RVNE	649	(1.378)	649	(1.378)
Saldo	27.472	39.360	27.472	39.360
Constituição de provisão para perda	(9.810)	(1.847)	(9.810)	(1.847)
Saldo total	17.662	37.513	17.662	37.513

7.3. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por vencimento

Prêmios a vencer	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	7.579	(834)	6.745	19.940	(451)	19.489
De 61 a 120 dias	183	(19)	165	8.028	(192)	7.836
De 121 a 180 dias	35	(3)	32	25	(1)	24
De 181 a 365 dias	38	(3)	35	44	(1)	43
Prêmios vencidos	7.735	(859)	6.876	28.037	(645)	27.392
De 1						



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2022		31/12/2021	
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	2.101	7.968	8.324	18.413
Trabalhistas	510	1.163	185	1.858
Natureza fiscal - Contingências (i)	39.299	67.022	-	106.321
Outras Obrigações	20	124	354	498
Total	41.930	76.297	8.863	127.090

(i) Os processos fiscais envolvendo COFINS estão detalhados nas notas 15.4 e 28.2.

15.3. Movimentação das ações

A movimentação das contingências relevantes pode ser resumida como segue:

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Contingências cíveis	6.697	12.737	(3.156)	(7.954)	-	8.324
Contingências trabalhistas	181	183	(179)	-	-	185
Outras Obrigações	701	232	(113)	(482)	16	354
Total	7.579	13.152	(3.448)	(8.436)	16	8.863

15.4. Ação judicial envolvendo COFINS

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, em 01/12/2008, que reconheceu a manutenção da isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único, diante da revogação pela Lei nº 9.718/98, razão pela qual a Companhia não reconhece, nem provisiona o tributo relacionado à COFINS.

A União, por sua vez, ingressou com uma ação rescisória, em 30/11/2010, contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando a anulação da decisão que deu à Companhia o direito de não sujeição à da COFINS, com objetivo de submeter a Companhia à incidência do referido tributo. A ação rescisória foi julgada improcedente por decisão do STJ que transitou em julgado em 08/04/2022, mantendo-se assim, a decisão favorável que transitou em julgado em 2008.

Durante o período de discussão judicial sobre a isenção da COFINS, a Companhia sofreu alguns autos de infração, sobre os valores em discussão e, com encerramento da ação de forma favorável, a Companhia requereu a baixa dos referidos autos de infração, com alguns pedidos atendidos e outros pendentes até o momento.

Os valores em risco considerados no demonstrativo da Nota 15.2, considera para 31 de dezembro de 2022: i) os valores atualizados dos autos de infração ainda não baixados até a data de aprovação da Demonstração Financeira; ii) o valor em risco referente aos últimos 5 anos, considerando multa e juros. O impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") ocorrida em 08 de fevereiro de 2023, que muda entendimento relacionado a coisa julgada em matéria tributária, poderá ser encontrada na Nota 28.2.

16. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

16.1. Abertura por ramo

Ramos	31/12/2022					Custos de aquisição diferidos	
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas	31/12/2021
Crédito interno	607	17.461	19.419	29.223	9.623	76.333	120
Vida em grupo	351	12.890	6.137	(688)	974	21.664	275
Acidentes pessoais coletivos	2.034	11.642	2.058	(122)	852	16.464	1.036
Responsabilidade civil - veículos	-	1.045	-	-	191	1.236	-
Prestamista	4.414	8.431	3.364	(329)	140	16.020	1.345
Compreensivo residencial	76	207	-	-	29	312	17
Compreensivo empresarial	253	8	-	-	4	265	52
Riscos de engenharia	-	57	-	-	-	57	-
Demais ramos	1.431	1.724	720	(62)	283	4.096	445
Total	9.166	53.465	33.698	28.022	12.096	136.447	3.284

Ramos	31/12/2021					Custos de aquisição diferidos	
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas	31/12/2021
Crédito interno	-	13.873	20.954	35.913	7.520	78.260	-
Vida em grupo	368	15.111	11.798	(3.437)	1.008	24.848	486
Acidentes pessoais coletivos	1.101	7.975	1.646	(465)	526	10.783	1.495
Responsabilidade civil - veículos	-	417	-	-	76	493	-
Prestamista	3.474	7.716	3.783	(1.136)	95	13.932	779
Compreensivo residencial	128	142	-	-	1	271	23
Compreensivo empresarial	43	42	-	-	1	86	10
Riscos de engenharia	-	57	-	-	-	57	-
Demais ramos	700	1.433	338	(118)	68	2.421	205
Total	5.814	46.766	38.519	30.757	9.295	131.151	2.998

16.2. Movimentação

Saldo inicial em 01 de janeiro de 2022	31/12/2022					Custos de aquisição diferidos	
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas	31/12/2021
Constituições	6.180	-	6.592	12.332	3.621	28.725	1.377
Diferimento/reversões	(2.827)	-	(3.844)	(10.025)	(820)	(17.516)	(1.091)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	-	143.183	-	-	-	143.183	-
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	-	(144.708)	-	-	-	(144.708)	-
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	-	(7.571)	(5.042)	-	-	(12.613)	-
Atualização monetária e juros	-	1.303	-	-	-	1.303	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	9.167	53.466	33.698	28.022	12.096	136.447	3.284

Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	31/12/2022					Custos de aquisição diferidos	
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas	31/12/2021
Constituições	3.125	-	9.107	22.173	6.793	41.198	953
Diferimento/reversões	(7.142)	-	(2.402)	(2.349)	(1.256)	(13.149)	(2.324)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	-	143.201	-	-	-	143.201	-
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	-	(135.549)	-	-	-	(135.549)	-
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	-	692	(517)	3.892	-	4.067	-
Atualização monetária e juros	-	3.897	-	-	-	3.897	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	5.814	46.766	38.519	30.757	9.295	131.151	2.998

16.3. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro

a) Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros pagos a recuperar	11.251	10.087
Operações com resseguradoras	11.251	10.087
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	-	405
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	2.163	1.955
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	850	714
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3.418	4.193
Total	14.669	14.280

b) Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos	669	543
Ressarcimentos	1.791	1.382
Outros Débitos	-	11
Total	2.460	1.936

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (*)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (*)	% Retenção
Patrimonial	2.313	362	84,34%	2.097	17	99,21%
Pessoas	142.246	233	99,84%	149.860	860	99,43%
Riscos Financeiros	107.219	3.406	96,82%	86.774	2.851	96,71%
Demais	178	-	-	421	-	-
Total	251.956	4.001	98,41%	239.152	3.727	98,44%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 649 (R\$ 1.378 em 31 de dezembro de 2021).

16.4. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	136.447	131.151
Total das exclusões	2.867	3.863
Provisões técnicas - Resseguro	2.567	3.479
Depósitos judiciais	300	384
Total a ser coberto	133.580	127.288
Total dos ativos garantidores:	157.011	158.637
Títulos de dívida pública	147.783	141.521
Quotas de outros fundos financeiros	9.248	17.110
Suficiência de cobertura	23.431	31.349
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	17,54%	24,63%

17. Imobilizado

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	31/12/2022					
	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo final
Equipamentos	5 a 10	450	52	(46)	(123)	333
Móveis, máquinas e utensílios	10	667	-	(248)	(68)	351
Veículos	5	112	-	(34)	(70)	8
Benefitória em imóveis de terceiros	5	1.190	-	(480)	(433)	677
Total		2.819	52	(808)	(694)	1.369

18. Intangível

A composição do ativo intangível está composta da seguinte forma:

	31/12/2022							
	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	RVR	Saldo final
Sistemas aplicativos	5	482	-	(6)	-	(181)	6	303
Sistemas de computação	5	8.519	102	(78)	1.941	(4.386)	118	6.206
Sistemas de computação em desenvolvimento (a)	-	1.941	262	-	(1.941)	-	-	262
Total		10.942	364	(84)	-	(4.567)	126	6.781

(a) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

19. Corretores de seguros e resseguros

Apresentamos a seguir informações referentes às operações com corretores de seguros e resseguros:

	31/12/2022	31/12/2021
Corretores de seguros e resseguros	177	3.997
Comissões a pagar de seguros	11.696	12.244
Comissões e juros sobre prêmios	(4.467)	(1.001)
Ajuste ao valor de realização de comissão sobre prêmios	7.406	15.240
Total	7.406	15.240

20. Débitos diversos

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Saldo em 01 de janeiro de 2022	31/12/2022		
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Apropriação de juros transcorridos	4.925	(965)	4.560
Constituições/reavaliações de contratos	(2.115)	6	(2.109)
Pagamentos	(1.548)	-	(1.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.262	(103)	1.159
Circulante	797	(87)	710
Não circulante	465	(15)	449

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 8,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social
O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 92.659 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 92.659), e está representado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por 1.288.700.000 ações Ordinárias Nominativas.

21.2. Reserva de lucros
a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 3.479).
b. Outras reservas de lucros e capital é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 45.594).

21.3. Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

22. Patrimônio líquido ajustado - PLA, margem de solvência e capital mínimo requerido

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido ajustado	71.362	135.238
(+) Ajustes contábeis	(9.502)	(39.883)
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(324)	(324)
(-) Despesas antecipadas	(1.021)	(1.109)
(-) Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	-	(15.488)
(-) Créditos tributários de dif. temporárias	-	(9.868)
(-) Ativos intangíveis	(6.781)	(10.942)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(1.376)	(2.152)
(-) PLA Nível 3 - (C)	-	5.129
PLA Nível 1 - (A)	61.860	90.226
(+) Valor do ajuste = maior (0, menor (60% do item 2.3.1, limite def. no item 2.3.5)	51	-
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, limite def. item 2.4.19) (*)	1.384	840
PLA Nível 2 - (B)	1.435	840
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	-	5.129
PLA Nível 3 - (C)	63.295	96.125
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	15.000	15.000
Capital base	5.031	6.428
Capital de risco de crédito	27.630	27.612



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

★ continuação

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A., com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Previsul-Companhia de Seguros Previdência do Sul. Apesar da reorganização societária reportada na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, a implementação das estruturas de controle e de governança na nova instituição líder encontra-se ainda em desenvolvimento em decorrência da necessidade de prévia aprovação das medidas pelos órgãos reguladores. Os acionistas pactuaram acordo segundo o qual poderá haver compartilhamento de estruturas (mediante ressarcimento das despesas), pelo período de até 12 meses a partir do *closing* da Empresa na antiga formatação societária.

Principais Atividades:

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, da Previsul-Companhia de Seguros Previdência do Sul.

Conclusões:

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos; e
- Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos; e

Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa do Grupo.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que

existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2022
Total de provisões técnicas auditadas	136.447
Total de ativos de resseguro	3.418
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	11.251
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022
Provisões Técnicas auditadas (a)	136.447
Valores redutores auditados (b)	2.867
Total a ser coberto (a-b)	133.580
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2022
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	32.418
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	32.418
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	63.295
Ajustes Econômicos do PLA	1.435
Exigência de Capital (CMR) (b)	32.418
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	30.877
Ativos Garantidores (d)	157.011
Total a ser Coberto (e)	133.580
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	23.431
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022
1601	30
1602	180
0435	497
0234	809
0748	900
0167	936
0114, 0141, 0171, 0351	1.410
0980	1.418
0929, 1329	1.570
0118, 0977, 0982, 0984, 0987, 0993, 1061, 1065, 1381, 1384, 1391, 0990, 2293	3.165

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8.1 e 16, a Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Para mensurar o teste de adequação de passivos, a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNeR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: <ul style="list-style-type: none"> (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNeR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos; (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram; - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e IBNeR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na determinação, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e IBNeR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iii) testes de integridade e precisão das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportadas aos registros contábeis; (iv) testes de existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Passivo contingentes fiscais

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa nº 15.4 e 28.2, a Companhia possui decisão favorável que reconhece a isenção do recolhimento da COFINS que foi obtida por meio do mandado de segurança transitado em julgado em 1/12/2008. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8/2/2023, a Corte considerou que uma decisão definitiva favorável ao contribuinte obtida em processo judicial afastando a incidência tributária, pode ser sobreposta por eventual decisão posterior contrária pelo STF, julgado sobre a mesma matéria. Desta forma, há um risco de reabertura da discussão sobre o trânsito em julgado obtido em mandado de segurança que garante a isenção da COFINS à Companhia. Devido à relevância do valor em risco e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) confirmação com o assessor jurídico externo acerca do prognóstico da probabilidade de perda, o valor em risco; (ii) análise da opinião legal dos escritórios de advocacia especializados para corroborar a posição da Companhia; (iii) envolvimento de profissionais da área tributária com experiência e conhecimentos especializados, que auxiliaram na avaliação das opiniões dos assessores jurídicos acima referidos que suportam a posição da Companhia; e (iv) avaliação, se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornaldiasp.com.br/leioes-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D6B6-0B83-039A-52F0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D6B6-0B83-039A-52F0



Hash do Documento

EF791E54DD7101911A969BA2318E7873AF5C144571E26880382110485355AC9B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/02/2023 05:06 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI

CNPJ nº 48.983.502/0001-06

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações**Realizada em 11/11/2022**

Data, Hora e Local: Aos 11 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 10:00 horas, na Avenida General Furtado Nascimento nº 740, sala nº 91, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas inscritos no livro do registro social. **Participação Especial:** Presença de **Marco Antônio Salvini**, Secretário da **Nei Moreira Júnior Participações Ltda**; **Deliberação:** Deliberar sobre a constituição de Sociedade por Ações, nos termos da Lei nº 6.404/76, sob a denominação de **Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI** ("Companhia"); Aprovar o Estatuto Social da Companhia; Elegir e fixar a remuneração dos membros da Diretoria; e Outros assuntos de interesse geral. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que processasse a leitura da ordem do dia, em seguida, efetuou uma explanação sobre a importância das deliberações a serem tomadas na assembleia. Dando início às deliberações, no tocante ao item (II) da ordem do dia, os acionistas subscritores da totalidade do capital social da Companhia, sendo eles **Turita Participações Ltda**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 4.777, Conjunto Sul, 5º Andar, Condomínio Comercial Villa Lobos, Jardim Universidade Pinheiros, CEP 05477-902, registrada na JUCESP sob o NIRE 35.222.262.434, com CNPJ 05.546.713/0001-20, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seus administradores, **Marcos Prado Borsari**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da cédula de identidade RG nº 10.884.508 SSP/SP; **CPF/ME** sob nº 116.023.118-46, e **Marco Antônio Salvini**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.734.374 SSP/SP; **CPF/ME** sob nº 1.831.887.968-70, **Nei Moreira Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, com endereço profissional na sede da empresa que ora representa, **Construtora Coveg Ltda**, com sede na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, Cl. III, 11º andar, Alphaville, CEP 06.454-010, CNPJ/ME nº 44.129.611/0001-87, neste ato representada, nos termos do seu contrato social, por seu sócio administrador **Fábio Vettori**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, RG nº 5.907.255 - SSP/SP e CPF/ME sob nº 610.768.808-00, com endereço profissional na sede da empresa que ora representa; **Black Brick Participações Ltda**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Quatá nº 845, sala 8, Bairro Vila Olímpia, CEP 04545-044, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.182.548/0001-03 e com o NIRE 3529241779-4, neste ato representada por seus sócios administradores **Bertoldo Salum Filho**, administrador de empresas, brasileiro, casado, portador do RG nº 13.378.455-1 SSP/SP; **CPF/ME** sob nº 245.924.588-26, e **Claudio Roberto Daud**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG/RNE nº 133.785.29 e CPF/ME sob o nº 147.384.168-20, ambos com endereço comercial na sede da empresa; **Jolta - Empreendimentos e Construções Ltda**, com sede na Cidade de Itapetina, no Estado de São Paulo, na Av. Pedro Mascagni, nº 650, sala 011, Jardim Galetto, CEP: 13.253-140, CNPJ/ME nº 48.827.950/0001-10, neste ato representada por **José Alves Barbosa**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 6.190.068-0 SSP/SP; **CPF/ME** sob nº 241.688.888-87, e **José Edson Seta**, brasileiro, casado, diretor técnico, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.964.652-9, SSP/SP e CPF/ME sob nº 821.840.388-49, ambos com endereço profissional na sede da empresa que ora representam; **MZE Participações Ltda**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dionísio da Costa, 170, Apto. 14, Vila Mariana, CEP 04117-110, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.448.087/0001-90 e com NIRE 3526016070-8, neste ato representada por **Michel Matilde de Novaes**, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 30.899.699-9 SSP/SP; **CPF** sob nº 221.368.768-19, **Evertton Cristiano de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro portador do RG nº 20.772.887, CPF sob nº 194.734.338-67, e **Emanuel Fagner dos Santos Silva**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.371.162-5 expedido pela SSP/SP; **CPF/ME** sob nº 043.086.174-56, todos com endereço profissional na sede da empresa que ora representam; **HMH R Participações Ltda**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Natangu, 930, Torre B, Apartamento 31, Vila Madalena, CEP 05443-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.236.552/0001-36 e com NIRE 3525002311-5, neste ato representada por **Hugo de Magalhães**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº M156254 SSP/ME; **CPF** sob nº 807.048.406-34, com endereço profissional na sede da empresa que ora representa; e **Stuv Holding e Investimentos Ltda**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Esmeralda, nº 130, Apto. 71, Aclimação, CEP: 01531-040, CNPJ/ME nº 35.326.417/0001-23 e com o NIRE 3525680922, neste ato representada por seu administrador **Nei Moreira Júnior**, economista, brasileiro, divorciado, contador do RG nº 18.535.355-3 SSP/SP e CPF/ME sob nº 158.785.108-39, e seu endereço comercial na sede da empresa que ora representa; aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a constituição da Sociedade por Ações, nos termos da Lei nº 6.404/76, sob a denominação de **Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI**, com sede na Avenida General Furtado Nascimento, nº 740, sala nº 91, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; tendo como objeto social (I) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões, parcerias ou autorizações de obras e serviços públicos, especialmente, saneamento básico, iluminação pública, geração de energia, gestão de resíduos, locação de ativos e demais setores de infraestrutura, (II) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas, quando relacionados aos negócios indicados no item (I) acima, (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas aos negócios indicados no item (I) acima, (iv) o gerenciamento inclusive importação e exportação, e (v) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, e com o capital social no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), dividido em 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo 240.000 (duzentos mil) ações integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional, no prazo de até 1 (um) ano, contado da data de realização desta assembleia. Com relação ao item (ii) da ordem do dia, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que processasse a leitura da minuta do Estatuto Social, distribuído a todos, sendo então aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, o Estatuto Social a seguir transcrito: **Estatuto Social - I - Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração - Artigo 1º** - A Companhia girará sob a denominação de **Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI** e se organizará sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, regendo-se conforme o disposto no presente Estatuto Social, na Lei nº 6.404/76, e nas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida General Furtado Nascimento, nº 740, sala nº 91, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, podendo instalar ou extinguir filiais, agências, sucursais, depósitos, escritórios administrativos ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões, parcerias ou autorizações de obras e serviços públicos, especialmente, saneamento básico, iluminação pública, geração de energia, gestão de resíduos, locação de ativos e demais setores de infraestrutura, (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima, (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação, e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **I - Capital da Sociedade e Ações - Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito é de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), dividido em 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **I** - A titularidade das ações será presumida-se à pela inscrição no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia poderá emitir certificados de ações, que deverão ser assinados por qualquer dos Diretores. **§2º** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das assembleias gerais. **§3º** - Os Acionistas não poderão constituir ônus que recaia sobre as ações de sua titularidade sem o consentimento prévio e por escrito dos demais acionistas, salvo para garantia de obrigações, na forma da legislação aplicável. Se as ações sujeitas a tais operações tiverem sido previamente discutidas e aprovadas pela Assembleia Geral. **Artigo 6º** - Na proporção das ações de que forem titulares, os acionistas terão preferência para a subscrição de ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações que qualquer deles pretenda alienar. **Artigo 7º** - A preferência estabelecida no artigo supra deverá ser exercida em igualdade de condições com a proposta recebida pelo acionista ofertante e sempre relativamente à totalidade ou parte das ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários permutáveis por ações oferecidas à venda, conforme estabelecido no ato de oferta, exceto se o acionista disposto nos parágrafos abaixo, bem como o quanto previsto em acordo de acionistas. **§1º** - O acionista que desejar ceder, transferir ou prometer alienar, no todo ou em parte, suas ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações da Companhia de que é titular, de forma direta ou indireta, a outro acionista ou a terceiros, deverá comunicar sua intenção a todos os demais acionistas, mediante carta entregue contra recibo ou remetida pelo Registro de Títulos e Documentos, no endereço de cada acionista cadastrado na sede da Companhia, acompanhada de cópia da proposta ofertada pelo interessado, da qual se extrairão o nome, o endereço e o número de identificação de cada acionista, a identificação do interessado, a quantidade de ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários objeto da negociação, o preço, a forma de pagamento de todas as demais condições do negócio. Caso o potencial adquirente seja uma pessoa jurídica ou fundo de investimento, deverão ser indicados e qualificados também os titulares do controle, direto e indireto, sobre o potencial adquirente. Não havendo controvertido ou grupo de controle, a comunicação deverá indicar e qualificar os 3 (três) maiores sócios ou quotistas. **§2º** - Os acionistas terão prazo inicial de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação, para se manifestar, perante a Companhia, sobre o exercício do direito de preferência e, havendo sobras, nova comunicação deverá ser dada imediatamente, nesta hipótese o prazo será determinado pelo interessado. **§3º** - Encerrados os prazos previstos no §2º acima sem a manifestação expressa dos demais acionistas, ou sem que tenha sido exercida a preferência sobre a totalidade das ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários oferecidos à venda, neste último caso se assim houver estabelecido o acionista ofertante, ficará ele liberado para proceder à alienação, nos exatos termos e condições da oferta recebida do interessado, nos 05 (cinco) dias imediatamente subsequentes, findos os quais deverá renovar a oferta feita aos outros acionistas. **§4º** - Exceção das regras previstas neste artigo as transferências de ações, direitos de subscrição e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de capital da Companhia, efetuadas entre os acionistas e seus herdeiros ou sucessores, por ato inter vivos ou causa mortis. **Artigo 8º** - Não são válidas as transferências de ações, de direitos de subscrição de ações, de debêntures conversíveis e/ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia ou, ainda, a constituição de quaisquer ônus sobre tais ações, direitos e valores, em desacordo com os artigos 5º e 7º acima, devendo a Companhia abster-se de proceder ao registro respectivo. **III - Assembleias Gerais - Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social. **Artigo 10** - A assembleia geral, ordinária ou extraordinária, será convocada por qualquer diretor ou acionista, na forma da lei, sendo aprovado dentre os presentes um presidente e um secretário. **§1º** - As pessoas presentes à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionista ou procurador, pela forma prevista no artigo 126 da Lei 6.404/76. **§2º** - As assembleias gerais da Companhia serão sempre realizadas de forma semipresencial ou digital, podendo os acionistas, ainda, participar e votar à distância mediante o envio de boletim de voto mediante atuação remota, via sistema eletrônico, nos termos da regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. **Artigo 11** - As decisões da Assembleia Geral, salvo os casos previstos em lei ou neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias abaixo, além das matérias referidas no Artigo 16, dependerão da aprovação de acionistas que representem 90% (noventa por cento) das ações com direito de voto. (i) dissolução, liquidação, nomeação de liquidante, fusão, cisão, incorporação, transformação ou qualquer outro tipo de reestruturação societária, ou ainda participação da Companhia em "joint ventures", grupos de sociedades ou outras formas associativas; (ii) emissão de partes beneficiárias ou debêntures ou outros valores mobiliários; (iii) redução ou aumento do capital social; (iv) destinação dos lucros excedentes àquele de distribuição obrigatória; (v) modificação dos direitos das ações ordinárias ou preferenciais, bem como a criação de novas classes de ações; (vi) qualquer alteração no Estatuto Social; (vii) a aquisição, subscrição, oneração ou alienação de participações societárias da Companhia em outras sociedades; (viii) o requerimento de recuperação judicial/extrajudicial ou autoliquidante da Companhia; (ix) a outorga de garantias reais e/ou pessoais pela Companhia em favor de terceiros ou de acionistas, desde que não para negócios de interesse da Companhia. **IV - Administração da Companhia - Artigo 12** - A administração da Companhia competirá à Diretoria que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§1º** - A investidura dos membros da Diretoria se dará mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria. **§2º** - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração dos membros da Diretoria. **Artigo 13** - A Diretoria será formada por no mínimo 02 (dois) Diretores e no máximo 03 (três) Diretores, sendo (i) um Diretor Superintendente, (1) um Diretor Financeiro e (1) um Diretor Operacional, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato por 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **§1º** - No caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, será convocada Assembleia Geral para eleger o substituto, que completará o restante do mandato do Diretor substituído. **§2º** - Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, as suas atribuições serão exercidas cumulativamente por outro diretor designado pela Diretoria. **§3º** - Os Diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste artigo, caso os novos Diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Artigo 14** - Compete à Diretoria a gestão dos negócios sociais em geral e a prática dos atos necessários para tanto, dentre os quais: (i) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social e das deliberações tomadas nas assembleias gerais; (ii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, formulando anualmente o planejamento estratégico e financeiro da Companhia; (iii) expedir regulamentos e normas atinentes à administração da Companhia; (iv) outorgar mandatos em nome da Companhia, observado o disposto neste Estatuto. **§1º** - Compete ao Diretor Superintendente a direção administrativa e comercial dos negócios da Companhia. **§2º** - Compete ao Diretor Financeiro a direção financeira e de controladoria da Companhia. **§3º** - Compete ao Diretor Operacional a gestão das operações técnicas e supervisão das atividades das subsidiárias / controladas operacionais da Companhia. **Artigo 15** - Com exceção do quanto previsto no §3º deste artigo e observado o disposto nos Artigos 11 e 16, os Diretores representarão a Companhia, sempre em conjunto de 02 (dois) Diretores, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando, desde já, investidos dos mais amplos e gerais poderes para firmar todos os contratos, compromissos, acordos ou demais documentos que obriguem a Companhia, podendo, inclusive, receber citação, notificação ou intimação, representar a Companhia perante todas as repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e órgãos parastatais, respaldados nos limites estabelecidos em lei e pelo estatuto social. **§1º** - A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) Diretores em conjunto, ou por 01 (um) Diretor com 01 (um) procurador, sempre dentro dos limites estabelecidos em lei e pelo estatuto social. **§2º** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas sempre por 02 (dois) Diretores, em conjunto, devendo a procuração especificar os poderes conferidos, com período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, as quais poderão ser assinadas por somente 01 (um) Diretor, com período de validade indeterminado. **§3º** - Os seguintes atos poderão ser praticados por 02 (dois) Diretores, ou ainda por um procurador constituído na forma do §2º: (i) apresentação de propostas e representação da Companhia em processos de licitação ou concorrência, pública ou privada, podendo apresentar e assinar todos os documentos necessários para tanto, inclusive compromissos ou contratos de constituição de consórcios, propostas, oferta de lances e estabelecimento de preços, independentemente do valor do objeto da licitação ou concorrência; e (ii) representação da Companhia perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, órgãos parastatais e sociedades de economia mista. **Artigo 16** - Observado o disposto no Artigo 11 e o §3º do Artigo 15, dependerá da aprovação e expressa autorização em Assembleia Geral de acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social, para a realização dos seguintes atos: (i) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de participações da Companhia em outras sociedades ou em consórcios; (ii) aquisição, alienação ou oneração de qualquer bem do ativo fixo, seja móvel ou imóvel (em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas entre si), envolvendo um valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizado anualmente pelo IGP-M-FGV; (iii) contratação de empréstimos ou reconhecimento de dívidas, envolvendo um valor (em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas entre si) superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizado anualmente pelo IGP-M-FGV; (iv) celebração de qualquer contrato, envolvendo um valor (em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas entre si) superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizado anualmente pelo IGP-M-FGV; (v) celebração de qualquer contrato com qualquer dos acionistas, administradores ou pessoas físicas ou jurídicas e/ou relacionadas; e (vi) celebração de qualquer contrato visando à participação nos lucros, inclusive planos de participação nos lucros para empregados. **§1º** - E expressamente vedado aos Diretores utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos estranhos ao objeto social, bem como prestar avisos ou fianças em relação a obrigações de terceiros. **§2º** - Os atos praticados pelos Diretores com excesso de poderes, ou em contrariedade ao estatuto social, serão ineficazes perante a Companhia, caso em que responderão por eventuais prejuízos que a Companhia venha a sofrer. **Artigo 17** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, podendo à reunião, ainda, ser convocada por qualquer dos Diretores com 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões da Diretoria realizar-se-ão na sede social da Companhia e das mesmas serão lavradas atas, no competente livro de Atas de Reuniões da Diretoria, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Único** - As reuniões da Diretoria serão sempre realizadas de forma semipresencial ou digital, podendo os Diretores, ainda, participar e votar à distância mediante o envio de boletim de voto ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, nos termos da regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. **Artigo 18** - A reunião da Diretoria funcionará validamente com a presença da maioria dos seus componentes, deliberando por maioria de votos. Em caso de empate, nova reunião deverá ser convocada, no prazo de 03 (três) dias, para deliberar sobre o assunto e, persistindo o impasse, deverá ser convocada Assembleia Geral para decidir especificamente sobre a matéria. **V - Conselho Fiscal - Artigo 19** - O Conselho Fiscal da Companhia compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) suplentes e seu funcionamento não será permanente, regendo-se sua composição e sua atuação de acordo com a lei e o presente Estatuto. **Artigo 20** - Para o exercício de suas funções legais, o Conselho Fiscal, quando instalado, se reunirá ordinariamente, todos os meses após sua instalação, e no ano subsequente à sua manifestação sobre o último balanço social, sem prejuízo das obrigações legais do §5º do artigo 163 e do artigo 164 da Lei 6.404/76. **VI - Exercício Social, Balanços, Dividendos e Reservas - Artigo 21** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano civil. Ao final de cada exercício social será feito o inventário dos bens e valores sociais e levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei 6.404/76. **§1º** - O lucro líquido apurado em cada exercício, feitas as provisões previstas em lei, terá a seguinte destinação, por ordem sucessiva: (i) 5% (cinco por cento) para constituição de um fundo de reserva legal - até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) aos acionistas, a título de dividendo obrigatório anual, no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua especial; **III - Liquidação e Dissolução - Artigo 22** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação de acionista conforme quórum previsto neste Estatuto Social, sendo a Companhia o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante. **VIII - Disposições Gerais - Artigo 23** - A Companhia deverá observar eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de computar votos contrários aos seus termos. **Artigo 24** - Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições legais vigentes, em conformidade com a legislação brasileira. Em relação ao item (III) da ordem do dia, os acionistas decidiram eleger, para compor a Diretoria, com mandato de 03 (três) anos, contados a partir da presente data, os seguintes membros, cujos termos de posse seguem como anexos V e IX: **Nei Moreira Júnior**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Superintendente; **Michel Matilde de Novaes**, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 30.899.699-9, CPF sob o nº 221.368.768-19, com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777, Conjunto Sul, 5º Andar, Condomínio Comercial Villa Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-902, para o cargo de Diretor Financeiro; A remuneração dos Diretores será o valor mínimo permitido em lei. Os Diretores eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por especial, seja em virtude de condenação criminal, seja por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do Artigo 147, § 1º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. E, finalmente, quanto ao item (VI), foi oferecida a palavra a quem dela quis fazer uso, e como não houve manifestação, a Presidente, em sua presença, fez as formalidades legais, declarou regularmente constituída a sociedade por ações **Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI**, ficando os Diretores e/ou responsáveis legais, inscritos nas formalidades complementares à constituição da Companhia e a assinar todos os documentos necessários para tanto. Ao final, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos acionistas presentes. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". **Mesa: Marco Antônio Salvini** - Presidente, **Nei Moreira Júnior** - Secretário, **Acionistas: Turita Participações Ltda**, **Marcos Prado Borsari** e **Marco Antônio Salvini**, **Construtora Coveg Ltda**, **Fábio Vettori**, **Black Brick Participações Ltda**, **Bertoldo Salum Filho**, **Claudio Roberto Daud**, **Jolta - Empreendimentos e Construções Ltda**, **José Alves Barbosa**, **José Edson Seta**, **Stuv Holding**, **MZE Participações Ltda**, **Michel Matilde de Novaes** Evertton Cristiano de Oliveira Emanuel Fagner dos Santos Silva, **HMH R Participações Ltda**, **Hugo de Magalhães**, **Stuv Holding e Investimentos Ltda**. **Nei Moreira Júnior** - Diretor, **Diretores eleitos: Nei Moreira Júnior** - Diretor Superintendente, **Michel Matilde de Novaes** - Diretor Financeiro. **Miçhel de Advogado: Simone Ferreira Kannebey** - OAB/SP 160.345, JUCESP nº 3530060690-6 em 27/12/2022, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

NOGUEIRA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME: 46.155.487/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EM R\$ 1,00)		31/12/2022		31/12/2021	
Balanco patrimonial					
Ativo circulante	141	131			
Bancos conta movimento		29			
Aplicações financeiras	141	103			
Disponibilidades gerais	141	131			
Ativo não circulante	3.680.894	3.680.894			
Ativo realizável a longo prazo	3.680.894	3.680.894			
Créditos de partes relacionadas					
Total do ativo	3.681.036	3.681.026			
Demonstração de Mutação das Contas de Lucros					
Capital social	(prej)	Patrim.			
Patrimônio Líquido		Líquido			
Saldos iniciais em 31/12/2020	3.270.000	(45.033)	3.224.967		
Lucro do exercício	-	(10.465)	(10.465)		
Saldo final em 31/12/2021	3.270.000	(55.498)	3.214.502		
Lucro ou (-) prejuízo		(4.960)	(4.960)		
Saldo final em 31/12/2022	3.270.000	(60.458)	3.209.542		
Notas explicativas					
1. Contexto Operacional: A Nogueira Patrimonial e Participações S.A., com sede em Itapira/SP, foi fundada em 1981 e tem como objetivo a atividade Agentes de investimentos em endereço financeiro, Holdings de Instituições Não-Financeiras. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 3. Principais Práticas Contábeis a) Auração do resultado As receitas, custos e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de					
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	290.878	290.878			
Contas a pagar	10.755	10.755			
Lucros/dividendos a pagar	204.693	204.693			
Crédito com contr. Mútuos	75.430	75.430			
Outras obrigações	290.878	290.878			
Passivo não circulante	180.616	175.646			
Obrigações c/c sócios	180.616	175.646			
Patrimônio líquido	3.209.542	3.214.502			
Capital social	3.270.000	3.270.000			
Lucros ou (-)prejuízos acumulados	(60.458)	(65.498)			
Total do passivo + patr. Líquido	3.681.036	3.681.026			
Demonstração de Resultado do Exercício	31/12/2022	31/12/2021			
Despesas operacionais	(4.972)	(10.467)			
Administrativas	(4.970)	(10.467)			
Tributárias	(2)	(0)			
Resultado antes dos efeitos financeiros	(4.972)	(10.467)			
Efeitos financeiros líquidos	12	3			
Despesas financeiras	-	-			
Receitas financeiras	12	3			
Resultado líquido operacional	(4.960)	(10.465)			
Lucro ou (prejuízo) do exercício	(4.960)	(10.465)			
da prov. P/IR e CSSL	(4.960)	(10.465)			
Lucro ou (prejuízo) do exercício	(4.960)	(10.465)			
curto por ação do capital	-0,0015	-0,0032			
Demonstração de Fluxo de Caixa	31/12/2022	31/12/2021			
1- Das atividades operacionais	(4.960)	(10.465)			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-			
Ajustes devedores de exercícios anteriores	-	-			
(+/-) Ajustes do resultado líquido	(4.960)	(10.465)			
(=) Lucro líquido ajustado	(4.960)	(10.465)			
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante + RLP	-	-			
Tributos a recuperar/compensar	-	-			
C/c sócios	4.972	10.467			
(=) Total (acréscimo) / decréscimo do ativo circulante + RLP	4.972	10.467			
Outras obrigações	(Acréscimo) / decréscimo do passivo circulante + ELP				
(=) Total (acréscimo) / decréscimo do passivo circulante + ELP	12	2			
Total das atividades operacionais	(1+2+3) Aumento líquido de caixa e equivalente a caixa	12	2		
Caixa e equivalente a caixa no início do ano	131	129			
Variação ocorrida no período	10	2			
Caixa e equivalente a caixa no final do ano	141	131			
Social O capital autorizado em 31/12/2022 é de R\$ 3.270.000,00, sendo o capital composto por 3.270.000,00 ações ordinárias, como segue: Afonso Nogueira de Freitas - 1.749.450 ações no valor de R\$ 1.749.450,00; Anna Pugina Nogueira - 490.500 ações no valor de R\$ 490.500,00; Gisela Nogueira - 155.325 ações no valor de R\$ 155.325,00; Afonso Nogueira Filho - 408.750 ações no valor de R\$ 408.750,00; Marcio Fernando Nogueira - 310.650 ações no valor de R\$ 310.650,00; Guilherme Vieira Cao - 155.325					

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/29A7-E3B9-9F88-5BC3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 29A7-E3B9-9F88-5BC3



Hash do Documento

946D18C61DE27998D1154085FB634B566F52959455E76419A824C6D947C33E5D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/02/2023 05:06 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

